COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.534, DE 2012

Altera a Lei nº 1.753, de 30 de outubro de 2003, que “institui a Política Nacional do Livro”, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livro.

Autor: SENADO FEDERAL – Senador
ACIR GURGACZ

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe modifica a Lei nº 10.753, de 2003, precisamente a definição de livro, para incluir novos itens como periódicos impressos em Braille ou convertidos em formato digital, magnético ou óptico, matérias avulsas ou artigos autorais, originários de periódicos, desde que impressos no Sistema Braille ou convertidos em formato digital, magnético ou óptico, e ainda equipamentos cuja função exclusiva ou primordial seja a leitura de textos em formato digital ou a audição de textos em formato magnético ou óptico, estes apenas para o acesso de deficientes visuais.

A matéria foi distribuída, simultaneamente, às Comissões de Educação, Cultura e à Comissão de Constituição e de Justiça e de Cidadania, estando sujeita à apreciação do Plenário, na forma do art. 52, § 6º, do Regimento Interno desta Casa.

Na Comissão de Educação, foram apresentadas duas emendas e na Comissão de Cultura, cinco emendas.

Todavia, nem o primeiro nem o segundo desses Órgãos Colegiados chegou a deliberar sobre as mencionadas emendas, se se têm em conta os registros eletrônicos da Câmara dos Deputados até à presente data.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar os projetos quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, conforme dispõe a alínea **a** do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno desta Casa.

Consoante o que dispõe o art. 24, IX, da Constituição da República, a União tem competência, dividida concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre cultura. Ora, o livro é um dos principais objetos do que se compreende por cultura. A matéria é, assim, constitucional.

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria em nenhum momento atropela os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídica em ambas as proposições.

No que concerne à técnica legislativa e à redação, conclui-se que se observaram na feitura da proposição as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Haja vista o que se acaba de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.534, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado PEDRO LUPION
Relator